Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo/Circulante		**171.728.433**	**208.551.073**
Caixa e equivalentes de caixa	4	151.285.928	122.546.965
Recursos a receber	5	7.493.803	70.185.616
Adiantamentos	6	12.198.744	15.241.283
Outros		749.958	577.209
Não circulante		**130.091.230**	**55.099.276**
Depósitos judiciais	7	58.652.864	50.604.501
Recursos a receber	5	62.616.834	–
Direito de uso arrendamento mercantil	10	5.005.881	–
Imobilizado	8	3.692.448	4.173.121
Intangível	9	123.203	321.654
Total do ativo		**301.819.663**	**263.650.349**

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**132.401.893**	**107.591.138**
Fornecedores	11	1.855.543	870.824
Salários a pagar	12	100.741.086	85.736.735
Encargos sociais a pagar	13	21.012.933	18.734.376
Arrendamentos a pagar	10	4.559.681	–
Outras provisões de curto prazo	5	4.232.650	2.249.203
Não circulante		**71.730.432**	**63.035.217**
Arrendamento a pagar	10	657.007	–
Outras provisões		1.779.219	1.728.248
Provisão para riscos fiscais	14	40.860.672	33.303.478
Provisão para demandas judiciais	14	25.283.276	24.407.207
Remessas para investimentos	8	3.150.258	3.596.284
Patrimônio Líquido		**97.687.338**	**93.023.994**
Patrimônio social	15	93.023.994	84.410.762
Superávit do exercício	15	4.663.344	8.613.232
Total do passivo e patrimônio Líquido		**301.819.663**	**263.650.349**

Demonstração do Resultado	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Operacional			
Repasse de Contrato de Gestão e Convênio	17	834.268.157	769.247.218
Receitas financeiras		9.604.036	8.613.515
Outras Receitas	17	3.673.272	2.193.461
Gratuidades Concedidas	17	1.315.379	722.300
Repasse para investimento realizado	8	306.096	838.800
Subvenções Governamentais	20	116.062.410	103.502.849
		965.229.350	**885.118.143**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(740.965.480)	(648.322.306)
Despesas Gerais	19	(91.797.766)	(121.759.964)
Despesas com depreciação e amortização	8	(678.367)	(795.840)
Despesa com depreciação bens públicos	8	(881.435)	(943.726)
Despesas financeiras		(2.485.385)	(1.541.711)
Arrendamentos de direito de uso	10	(6.379.784)	–
Gratuidades Concedidas	17	(1.315.379)	(722.300)
Subvenções Governamentais	20	(116.062.410)	(103.502.849)
		(960.566.006)	**(877.588.697)**
Superávit do exercício antes do resultado com operação descontinuada		**4.663.344**	**7.529.446**
Superávit (Déficit) com operação descontinuada		–	1.083.786
Superávit do exercício		**4.663.344**	**8.613.232**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2019	31/12/2018
Superávit do exercício	4.663.344	8.613.232
Total do resultado abrangente do exercício	**4.663.344**	**8.613.232**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**4.663.344**	**8.613.232**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	678.367	795.840
Depreciação de direito de uso	6.379.784	–
Juros sobre arrendamentos	735.343	–
Provisão de glosas	4.232.650	–
Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	876.069	13.013.550
Provisão de férias	58.170.147	52.538.545
Atualização das provisão para riscos fiscais	1.654.386	1.626.870
Atualização dos depósitos judiciais	(2.164.099)	(2.249.988)
Provisão de honorários advocatícios	50.971	1.728.248
Baixa do contas a receber (incobrável)	22.000	15.055.268
Provisão para riscos fiscais	5.902.808	5.371.450
	81.201.769	**96.493.015**
Contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Diminuição em recursos a receber	52.979	(64.206.981)
(Aumento)/Diminuição em outros ativos	2.869.790	(10.028.150)
(Aumento)/Diminuição em depósitos judiciais	(5.884.264)	71.660.423
Aumento/(Diminuição) em fornecedores	984.719	(454.890)
Aumento/(Diminuição) em salários e encargos sociais	(40.887.239)	(45.145.143)
Aumento/(Diminuição) em outras contas a pagar	(2.249.203)	–
Aumento/(Diminuição) em arrendamentos	(6.904.320)	–
Aumento/(Diminuição) em operação descontinuada	–	(782.331)
Caixa líquido das atividades operacionais	**29.184.231**	**47.535.943**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(445.269)	(471.765)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(445.269)**	**(471.765)**
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**28.738.962**	**47.064.178**
Aumento/(redução) líquido de caixa		
Caixa no inicio do período	122.546.965	75.482.786
Caixa no final do período	151.285.928	122.546.965
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**28.738.962**	**47.064.178**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**77.263.230**	**7.147.532**	**84.410.762**
Transferência do superávit do exercício anterior	7.147.532	(7.147.532)	–
Superávit do exercício	–	8.613.232	8.613.232
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**84.410.762**	**8.613.232**	**93.023.994**
Transferência do superávit do exercício anterior	8.613.232	(8.613.232)	–
Superávit do exercício	–	4.663.344	4.663.344
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**93.023.994**	**4.663.344**	**97.687.338**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 8 de outubro de 1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. **Contratos de Gestão:** • Contratos de gestão O Contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo sob nº 001/2014 - Parelheiro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses, prorrogado por mais 60 meses conforme Termo aditivo 022/2019. Em 31 de dezembro de 2019, possuía 15 tipos de serviços cadastrados em 25 unidades, no total de 1.265 funcionários. Para o exercício de 2020, está previsto um repasse de aproximadamente R$ 130.571 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 10.880 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 002/2014 - Capela do Socorro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses, prorrogado por mais 60 meses conforme Termo aditivo 030/2019. Em 31 de dezembro de 2019, possuía 22 tipos de serviços cadastrados em 43 unidades, no total de 2.892 funcionários. Para o exercício de 2020, está previsto um repasse de aproximadamente R$ 280.452 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 23.371 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 007/2015 - Lapa, iniciou suas atividades em maio de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2019, possuía 16 tipos de serviços cadastrados em 20 unidades, no total de 1.440 funcionários. Para o exercício de 2020, e está previsto um repasse de aproximadamente R$ 142.791 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 11.899 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 016/2015 - Pinheiros, iniciou suas atividades em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2019, possuía 7 tipos de serviços cadastrados em 6 unidades, no total de 291 funcionários. Para o exercício de 2020, e está previsto um repasse de aproximadamente R$ 26.219 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 2.184 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 018/2015 - Norte, iniciou em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2019, possuía 21 tipos de serviços cadastrados em 44 unidades, no total de 3.320 funcionários. Para o exercício de 2020 está previsto um repasse de aproximadamente R$ 322.882 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 26.906 mil. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12 e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis à Associação. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 6 de abril de 2020. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas:** As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. **b) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado e intangível, b) mensuração de instrumentos financeiros e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber:** Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área da saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. **e) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessária à prestação do serviço público, que deverão reverte ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2019 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2018. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, revogado pelo Decreto 9.580 de 2018 artigos 178 a 184, e o artigo 195 da constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras:** Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. **k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **l) Programa de Integração Social (PIS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento O Grupo desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desconhecimento:** O Grupo desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e líquidar o passivo simultaneamente. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do resultado abrangente:** As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **r) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Entidade - IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento:** O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. **Adoção inicial** - Vide nota explicativa nº 10. **IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: **i.** Se a Empresa considera tratamentos tributários incertos separadamente; **ii.** As suposições que a Empresa faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; **iii.** Como a Empresa determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; **iv.** Como a Empresa considera as mudanças de fatos e circunstâncias. Conforme avaliação da Entidade, este pronunciamento não tem efeitos nestas demonstrações contábeis. **s) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e não adotados pela Entidade** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade: **i.** Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); **ii.** Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28); **iii.** Alterações no Plano, Reduções ou Líquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); **iv.** Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas. **v.** Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; e **vi.** IFRS 17 Contratos de Seguros. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	2.386.605	370.703
CDBs (a)	100.464.505	96.004.700
Fundos de investimento (b)	48.434.818	26.171.562
	151.285.928	**122.546.965**

a) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 40% no ano de 2019do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata; **b)** Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados a 102,1% CDI, com liquidez imediata. **5. Recursos a receber:** Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios/contratos celebrados com a administração pública, abaixo a composição:

Projetos	31/12/2019	31/12/2018
R001/2014 - Rede Assist. da STS Parelheiros	9.870.022	9.870.022
R002/2014 - Rede Assist. da SRT Capela do Socorro	19.712.866	19.255.044
R007/2015 - Rede Assist. da STS Lapa	10.071.728	10.949.742
R016/2015 - Rede Assist. da STS Pinheiros	1.895.511	2.053.973
R018/2015 - Rede Assist. da STS Freguesia do Ó/ BrasilandiaBrasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	22.238.572	22.744.883
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão - Total	**63.788.699**	**64.873.664**
Glosas (a)	(4.232.650)	(2.249.203)
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão - Total	**59.556.049**	**62.624.461**
Saude Assist. Basica de Araçatuba	5.332.188	4.332.535
Secretaria Municipal de Saúde de Araçatuba - Contrato de Gestão - Total	**5.332.188**	**4.332.535**
CAPS - Centro de Assistencia Psicosocial Alvorecer	371.228	371.410
CAPS - Centro de Assistencia Psicosocial Proj. Tear de Trabalho e Renda	142.981	139.594
CAPS - Centro de Assistencia Psicosocial SRT	41.729	32.082
CAPS - Centro de Assistencia Psicosocial Arco Iris	222.172	230.172
CAPS - Centro de Assistencia Psicosocial Recriar	211.640	206.159
Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio - Total	**989.750**	**979.417**
	65.877.987	**67.936.413**
Ativo circulante	7.493.803	70.185.616
Ativo não circulante (b)	62.616.834	–
Passivo circulante	(4.232.650)	(2.249.203)
	65.877.987	**67.936.413**

a) Trata-se de valores provisionados referente a desconto de equipe mínima, onde caso não cumprimos o contrato somos glosados. **b)** Em janeiro de 2019 a Prefeitura de São Paulo, alterou a forma de pagamento dos Contratos de Gestão, pois antes eram pagos por competência e passou a serem ressarcidos pelo regime de caixa, entretanto, o repasse de dezembro/2019 não fora recebido. A Administração da Entidade reclassificou esse repasse vencido para o ativo não circulante no montante de R$ 62.616.834, pois embora a Prefeitura reconheça esta dívida não a previsão de pagamento formalizada. **6. Adiantamentos** A Associação efetuou em dezembro de 2019 a antecipação de 13º salário referente ao exercício de 2020, junto com o pagamento de férias de janeiro de 2020.

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento à fornecedores	5.365.220	4.631.613
Adiantamento de férias	4.216.066	7.851.664
Adiant de 13º salários	2.617.458	2.758.006
	12.198.744	**15.241.283**

7. Depósitos judiciais: 7.1 Composição:	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais - INSS (b) (c)	17.792.192	17.282.480
Depósitos judiciais - PIS (a)	40.860.672	33.303.478
Outros depósitos	–	18.543
	58.652.864	**50.604.501**

a) A Entidade efetuou a partir de maio de 2012, depósitos judiciais relativos ao PIS equivalente à 1% (um por cento) sobre a folha de salário dos funcionários, relativo ao processo nº 0007392-82.2012.4.03.6100. Este processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. Vide nota explicativa 12; **b)** Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo à quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando Imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos judiciais. **c)** Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE 566.622 - STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante. Devido as chances prováveis de êxito no processo do INSS a Entidade vem mantendo atualizada a provisão para as contingências de honorários advocatícios de acordo com a atualização do processo. **7.2 Movimentação dos depósitos judiciais:**

	PIS	INSS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**26.305.158**	**93.709.778**	**120.014.936**
Depósito judicial	5.371.451	–	5.371.451
Resgate judicial	–	(77.050.416)	(77.050.416)
Atualização financeira	1.626.870	623.117	2.249.987
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**33.303.479**	**17.282.479**	**50.585.958**
Depósito judicial	5.902.807	–	5.902.807
Atualização financeira	1.654.386	509.713	2.164.099
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**40.860.672**	**17.792.192**	**58.652.864**

8. Imobilizado:

Custo	Imóveis	Veículos	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Total bens próprios	Equipamentos e Instalações bens Públicos	Total Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**429.568**	**53.083**	**238.884**	**719.397**	**1.440.932**	**10.643.242**	**12.084.174**
Adições	–	49.900	202.800	214.264	466.964	104.926	571.890
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**429.568**	**102.983**	**441.684**	**933.661**	**1.907.896**	**10.748.168**	**12.656.064**
Adições	–	–	171.188	238.050	409.238	463.853	873.091
Baixas	–	–	–	–	–	(66.326)	(66.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**429.568**	**102.983**	**612.872**	**1.171.711**	**2.317.134**	**11.145.695**	**13.462.829**
Taxa de depreciação	4%	20%	10%	10%	–	–	–
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(153.193)**	**(15.925)**	**(160.597)**	**(506.125)**	**(835.840)**	**(6.208.158)**	**(7.043.998)**
Adições	(17.183)	(13.112)	(223.573)	(241.351)	(495.219)	(943.726)	(1.438.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(170.376)**	**(29.037)**	**(384.170)**	**(747.476)**	**(1.331.059)**	**(7.151.884)**	**(8.482.943)**
Adições	(17.183)	(20.597)	(152.105)	(254.001)	(443.886)	(899.206)	(1.343.092)
Baixa	–	–	–	–	–	55.654	55.654
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(187.559)**	**(49.634)**	**(536.275)**	**(1.001.477)**	**(1.774.945)**	**(7.995.437)**	**(9.770.381)**
Imobilizado líquido							–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	276.375	37.158	78.287	213.272	605.092	4.435.084	5.040.176
Saldo em 31 de dezembro de 2018	259.192	73.946	57.514	186.185	576.837	3.596.284	4.173.121
Saldo em 31 de dezembro de 2019	242.009	53.349	76.597	170.234	542.190	3.150.258	3.692.448

9. Intangível É representado principalmente pelos custos de aquisição de software de gestão financeira (SAP ERP 6.0 - EHP7), acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação:

	Custo	Amortização acumulada	Software Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.497.589**	**(880.114)**	**617.475**
Adições	4.800	(300.621)	(295.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.502.389**	**(1.180.735)**	**321.654**
Adições	36.030	(234.481)	(198.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.538.419**	**(1.415.216)**	**123.203**
Taxa de amortização	20%		

10. Arrendamento Mercantil - 10.1 Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil A Associação adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Entidade, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Associação utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 20.000 reais não foram enquadrados no IFRS 16.

Direito de uso arrendamento mercantil	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2019 Líquido
Imóveis	11.385.665	(6.379.784)	5.005.881
	11.385.665	**(6.379.784)**	**5.005.881**

Movimentação dos ativos de direito de uso:

	01/01/2019	Adições	Depreciação	31/12/2019
Imóveis	11.234.442	151.223	(6.379.784)	5.005.881
	11.234.442	**151.223**	**(6.379.784)**	**5.005.881**

10.2 Provisão com arrendamento mercantil. Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Associação optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é de 9 %, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com trafego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

	31/12/2019
Provisão com arrendamentos mercantis	5.548.254
Ajuste ao valor presente	(331.566)
	5.216.688
Passivo circulante	4.559.681
Passivo não circulante	657.007
	5.216.688

Movimentação da provisão com arrendamentos mercantis:

	01/01/2019	Novos contratos	Pagamento	Juros financeiros	31/12/2019
Provisão com arrendamento mercantil	11.234.442	151.223	(6.904.320)	735.343	5.216.688
	11.234.442	**151.223**	**(6.904.320)**	**735.343**	**5.216.688**

Cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento mercantil:

Vencimento:	31/12/2019
2020	4.783.965
2021	236.288
2022	192.000
2023	192.000
2024	144.000
AVP	(331.566)
Total	**5.216.688**

11. Fornecedores:	31/12/2019	31/12/2018
Locações de Imóveis	467.882	19.944
Serviço de outros profissionais de saúde	213.599	–
Serviços de Manutenção Predial	139.633	18.216
Material Manut Equiptos Assistencial	117.612	18.636
Uniformes e Rouparia Hospitalar	111.289	–
Autônomos	101.978	95.445
Assessoria e Consultoria	83.474	532
Salários e Ordenados - Pensão	79.021	70.156
Salários e Ordenados	76.562	137
Locação de equipamento administrativo	56.866	65.724
Outros Materiais de Consumo	47.276	1.299
Outros Serviços Terceirizados	45.909	19.603
Material Médico e enfermagem	43.726	25.911
Lavanderia A201	–	156.964
Serviço de Informática	–	65.136
Outras despesas	270.716	313.121
	1.855.543	**814.824**

12. Salários a pagar:	31/12/2019	31/12/2018
Salários e ordenados a pagar	40.119.001	30.981.173
Férias (provisão)	58.170.147	52.538.545
Empréstimo consignado a pagar	2.358.961	2.079.286
Outros	92.977	137.731
	100.741.086	**85.736.735**

13. Encargos sociais a pagar:	31/12/2019	31/12/2018
FGTS a recolher	4.333.288	3.812.310
INSS a recolher	3.143.583	2.746.132
IRRF a recolher	219.603	163.063
IRRF sobre salários a recolher	11.822.296	10.539.425
ISS a recolher	132.519	109.644
INSS retido terceiros	540.459	526.344
INSS retido autônomos	22.928	19.078
Outros	272.377	326.846
PIS sobre a folha a recolher	525.880	491.534
	21.012.933	**18.734.376**

14. Provisão para riscos fiscais e demandas judiciais:	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para riscos fiscais (a)	40.860.672	33.303.478
Provisão para demandas judiciais (b)	25.283.276	24.407.207
	66.143.948	**57.710.685**

a) Provisão sobre riscos fiscais: Trata-se de ação ordinária, com objetivo de se ver DECLARADA a Imunidade da Associação, pertinente ao PIS sobre a folha de salários. Em suma, requereu a Entidade provimento que determine à ré (União) que se abstenha de exigir a entrega das obrigações acessórias, relativas ao recolhimento do PIS sobre a folha mensal, expedindo a certidão de regularidade fiscal. Alternativamente, requereu autorização para efetuar depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS sobre a folha de salários, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário, na forma do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional. Diante do fato da antecipação de tutela ter sido indeferida e os valores depositados judicialmente mensalmente para certidão de regularidade fiscal, entendemos que devemos manter tais provisões da obrigação no passivo das demonstrações contábeis. Abaixo a movimentação:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	**33.303.478**	**26.305.158**
Depósito judicial	5.902.807	5.371.450
Atualização financeira	1.654.386	1.626.870
Saldo final	**40.860.672**	**33.303.478**

b) Provisão sobre demandas judiciais A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências trabalhistas	**25.283.276**	**24.407.207**

A seguir, a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2019:

	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**11.393.657**
Adições	13.013.550
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**24.407.207**
Adições	876.069
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**25.283.276**

A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31/12/2019 e 2018 são considerados suficientes. Os processos trabalhistas em sua maior centralização estão relacionados a solicitações de reconhecimentos de horas extras, adicional de insalubridade e seus respectivos reflexos. Há ainda outras causas trabalhistas (relacionados a pedidos de horas extras, descanso semanal remunerado, dentre outros temas relacionados de ex-funcionários) em andamento, no montante aproximado de R$ 3.576.008, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. **15. Patrimônio social:** O patrimônio líquido é constituído por dotações acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a constituição da Entidade.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Social	93.023.994	84.410.762
Superávit (déficit) do exercício	4.663.344	8.613.232
	97.687.338	**93.023.994**

16. Resultado por unidade:	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Araçatuba	Clínica	Norte	Pinheiros	Consolidado
	68.311.216/ 0001-01	68.311.216/ 0003-73	68.311.216/ 0004-54	68.311.216/ 0005-35	68.311.216/ 0006-16	68.311.216/ 0007-05	68.311.216/ 0008-88	68.311.216/ 0009-69	
Receitas Operacionais									
Repasse Contrato de Gestão e Convênio	**11.664.458**	**245.529.542**	**131.106.751**	**119.526.474**	**25.086.770**	–	**277.338.743**	**24.015.419**	**834.268.157**
Receitas financeiras	8.125.758	563.910	142.219	260.093	51.020	–	433.685	27.351	9.604.036
Outras receitas	3.559.966	3.949	5.652	7.333	58.424	1.018	36.930	–	3.673.272
Gratuidades Concedidas	–	–	–	–	–	1.315.379	–	–	1.315.379
Repasse utilizado para aq. Imobilizado	312.103	(177.090)	116.829	63.632	–	–	(30.799)	21.421	306.096
Subvenções Governamentais	1.498.839	34.703.422	17.483.859	16.709.136	3.218.200	124.337	39.065.997	3.258.620	116.062.410
	25.161.124	**280.623.733**	**148.855.310**	**136.566.668**	**28.414.414**	**1.440.734**	**316.844.556**	**27.322.811**	**965.229.350**
Despesas operacionais									
Despesas com pessoal	(10.321.590)	(218.692.807)	(112.226.079)	(107.479.864)	(25.292.454)	(931.911)	(244.275.859)	(21.744.916)	(740.965.480)
Despesas Gerais	(6.805.508)	(20.160.589)	(22.596.573)	(12.739.199)	(1.358.120)	(381.828)	(31.813.567)	(2.846.702)	(98.702.086)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	6.904.320	–	–	–	–	–	–	–	6.904.320
Despesas financeiras	(2.468.277)	(3.941)	(2.504)	(3.350)	(1.196)	(1.349)	(3.727)	(1.041)	(2.485.385)
Despesas com depreciação e amortização	(677.058)	–	–	–	–	(1.309)	–	–	(678.367)
Despesa com depreciação bens públicos	(366.255)	(201.727)	(131.544)	(57.988)	–	–	(104.912)	(19.009)	(881.435)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(6.379.784)	–	–	–	–	–	–	–	(6.379.784)
Gratuidades Concedidas	(1.315.379)	–	–	–	–	–	–	–	(1.315.379)
Isenção	(1.498.839)	(34.703.422)	(17.483.859)	(16.709.136)	(3.218.200)	(124.337)	(39.065.997)	(3.258.620)	(116.062.410)
	(22.928.370)	**(273.762.486)**	**(152.440.559)**	**(136.989.537)**	**(29.869.970)**	**(1.440.734)**	**(315.264.062)**	**(27.870.288)**	**(960.566.006)**
Superávit (déficit) do exercício	**2.232.754**	**6.861.247**	**(3.585.249)**	**(422.869)**	**(1.455.556)**	**–**	**1.580.494**	**(547.477)**	**4.663.344**

17. Receitas operacionais As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou Entidades Públicas e Privadas.

	31/12/2019	31/12/2018
Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão		
R001/2014 - Rede Assist. da STS Parelheiros	123.060.109	115.657.234
R002/2014 - Rede Assist. da SRT Capela do Socorro	255.580.572	224.396.118
R007/2015 - Rede Assist. da STS Lapa	132.273.921	116.894.039
R016/2015 - Rede Assist. da STS Pinheiros	24.302.238	22.762.810
R018/2015 - Rede Assist. da STS Freguesia do Ó/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	283.635.875	266.568.771
Subtotal	**818.852.715**	**746.278.972**
Descontos (-)	(21.335.787)	(12.315.143)
Total	**797.516.928**	**733.963.829**
Secretaria Municipal de Saúde de Araçatuba - Contrato de Gestão		
Saude Assist. Basica de Araçatuba	25.086.770	23.432.442
Total	**25.086.770**	**23.432.442**
Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio		
CAPS - Centro de Assistencia Psicossocial	11.664.460	11.850.947
Total	**11.664.460**	**11.850.947**
Projetos com recursos doados do setor privado - gratuidade 100%		
Doação Santander - gratuidade 100%	1.325.852	1.246.951
Outras Receitas - gratuidade 100%	2.312.860	926.947
Crédito Nota Fiscal - gratuidade 100%	34.559	19.562
Total	**3.673.271**	**2.193.460**
Clínica de psicologia - gratuidade 100%	1.315.379	722.300
Clínica de psicologia - gratuidade 100% - Total	**1.315.379**	**722.300**
	839.256.808	**772.162.979**
Repasses de contratos de gestão e convênio	834.268.157	769.247.218
Outras receitas	3.673.272	2.193.461
Gratuidades concedidas	1.315.379	722.300
	839.256.808	**772.162.979**

Nossos contratos de gestão junto com as Secretarias Municipais de Saúde possuem metas e indicadores para nosso atendimento, sendo Qualidade/Quantidade e Equipe mínima, caso não cumprimos somos glosados, fato que não ocorreu em 2019. Para os descontos não relativos a equipes mínimas, há necessidade de uma tramitação entre as supervisões técnicas e coordenadorias das Secretarias Municipais de Saúde, com reuniões junto aos parceiros para discutir a produção e metas qualitativas. Fato que ocorreu em 2019. Em 2019, houve descontos somente de equipe mínima, no montante de R$ 21.335.787, sendo R$ 2.249.203 referente 2018 impactando no exercício de 2019, em razão da avaliação ter sido concretizada pelas Secretarias Municipais de Saúde somente nesse período. Adicionalmente, foi provisionado o montante de R$ 4.232.650 referente a desconto de equipe mínima não processado e pré-avaliado pela Associação. **18. Despesas com pessoal:** As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes, a seguir demonstramos a composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Salário	(500.633.043)	(442.678.848)
Férias	(67.141.886)	(49.553.604)
Encargos	(55.159.787)	(52.580.484)
Benefícios	(63.984.279)	(49.774.178)
13 salário	(46.352.680)	(45.409.140)
Autônomo	(1.847.739)	(2.242.417)
Rescisão	(2.566.439)	(4.032.610)
Outros	(3.279.627)	(2.051.026)
	(740.965.480)	**(648.322.307)**

19. Despesas gerais:	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de serviços	(78.100.327)	(105.545.612)
Despesas de materiais	(16.043.532)	(12.177.118)
Estorno de aluguel (a)	6.904.320	–
Outros	(4.558.227)	(4.037.234)
	(91.797.766)	**(121.759.964)**

(a) Adoção ao CPC 06 (R2), estorno das despesas de aluguel para reconhecimento do atido de direito de uso, vide nota explicativa nº 10. **20. Subvenções governamentais (Isenções usufruídas):** Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se fosse gozada no exercício de 2019 e 2018, conforme artigo 1º, da Lei nº 12.101/09:

	31/12/2019	31/12/2018
Isenção usufruída (INSS Cota Patronal)	116.062.410	103.502.849

A Associação goza ainda de benefício fiscal referente à PIS, COFINS e ISS conforme as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, apresentados pelo resultado líquido de zero, entre as despesas incorridas como se obrigações fossem e os subsídios recebidos. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2019 e 2018 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), em função de sua natureza de Entidade filantrópica. A composição é conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
PIS, COFINS e CSLL (1%, 0,65% e 3,0% s/receitas)	38.793.469	35.769.996
ISS (5% s/receitas)	41.713.408	38.462.361
IRPJ e CSLL (34% s/superávit do exercício)	1.585.537	2.928.499
	82.092.414	**77.160.856**

Associação goza de isenção da cobrança de aluguel das unidades que faz a gestão, estas unidades são de poder do Ente Público, demonstramos abaixo o valor da isenção:

	31/12/2019	31/12/2018
Imunidade de aluguéis	**2.568.354**	**2.387.834**

21. Cobertura de seguros: A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, o prazo de vigência novembro de 2020. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Associação.

Ramo	**Principais coberturas**	**Cobertura máxima 2019**
Multirrisco patrimonial	Incêndio, raio e explosão	42.105.126
	Pagamento de Aluguel	120.000
	Roubo de bens	776.610
	Responsabilidade Civil	148.418
	Danos Elétricos	2.810.253
	Vendaval	3.351.253
	Quebra de Vidros	20.000
	Tumultos	22.000
	Impacto veículos	10.000
	Despesas Fixas	120.000
		49.483.660

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. **22. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **22.1 Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, controlado e consolidado, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Ativo financeiros	**Categoria**	31/12/2019 Valor contábil	31/12/2019 Valor justo	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	151.285.928	151.285.928	122.546.965	122.546.965
Recursos a receber	Empréstimos e recebíveis	7.493.803	7.493.803	70.185.616	70.185.616
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.855.543	1.855.543	870.824	870.824
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	5.216.688	5.216.688	–	–

A estimativa do valor justo pressupõe que os saldos de recursos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e líquidação desses saldos. E os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa já são mensurados a valor justo. Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo líquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observá veis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Associação avalia que o valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia de avaliação. A Associação não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3. **22.2 Análise da sensibilidade de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras (fundos de investimentos com liquidez imediata) ao qual a Entidade estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram definidos três cenários diferentes. Para 31 de dezembro de 2019, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 5.95% para o ano de 2020 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:

Operação	**Risco**	**Valor base**	Cenário **Provável**	Cenário **Possível**	Cenário **Remoto**
Aplicações financeiras (*)	CDI	151.285.928	9.001.513	6.751.135	4.500.756

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2019 aplicados em CDI, vide nota explicativa nº 4. **23. Trabalho não remunerado:** A Associação não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado/voluntário:

Cargo	**Horas trabalhadas ano/hora**	**Qtd**	**Valor do trabalho não remunerado voluntário**
Diretor-Presidente	120 horas por R$ 214,64	1	25.756,80
Diretor Administrativo Financeiro	120 horas por R$ 214,64	1	25.756,80
Diretor Relações Institucional	60 horas por R$ 214,64	1	12.878,40
Membro do Conselho de Administração	60 horas por R$ 214,64	9	115.905,60
Membro do Conselho Fiscal	60 horas por R$ 85,85	3	15.453,00
Suplente Conselho Fiscal	60 horas por R$ 85,85	3	15.453,00
			211.203,60

24. Atendimentos assistenciais (informações não auditadas): A Associação Saúde Da Família, no cumprimento de seu papel estatutário e assistencial na promoção da saúde, de forma inteiramente gratuita atendeu aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, na sua clínica instalada Itápolis Nº 1.326. No exercício de 2019, foram atendidos 9.884 (nove mil oitocentos e oitenta e quatro) pacientes de forma totalmente gratuita pelos profissionais da Associação, resultando em um aumento de 25% se comparado com o ano de 2018 onde os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 7.400 (sete mil e quatrocentos) pacientes sendo que no ano de 2017 os atendimentos corresponderam a 6.167 (seis mil cento e sessenta e sete) pacientes, conforme informações extraídas da "CIHA - Comunicação de informação hospitalar e ambulatorial" protocolada mensalmente na Secretária Municipal de Saúde de São Paulo - SMS-SP. Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela ASF foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS. **25. Efeito da pandemia nas Demonstrações Contábeis:** Ações tomadas pela Associação Saúde da Família. As ações tomadas pela ASF estão alinhadas como as recomendações da Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo (SMS-SP), da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SS-ESP), e do Ministério da Saúde (MS), que por sua vez estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde. Os colaboradores com fatores de risco ou acima de 60 anos de idade foram afastados por tempo indeterminado desde 13 de março de 2020. A partir do dia 15 de março de 2020 os colaboradores de áreas administrativas, sempre que possível, foram colocados em quarentena, também por tempo indeterminado, sendo mantidas as suas atividades em "home office", tendo sido disponibilizados equipamentos e recursos para uso remoto temporário enquanto durar a quarentena. As áreas assistenciais estão recebendo reforço de pessoal, equipamento e material para a extensão dos atendimentos além do horário habitual nas unidades, determinadas em conjunto com a SMS-SP, afim de atendermos às recomendações até o presente momento que visam: • Expandir, treinar e alocar recursos humanos na linha de frente da assistência; • Implementar o sistema de identificação de casos suspeitos; • Aumentar a disponibilidade de assistência e de detecção de casos suspeitos e comprovados; • Identificar, adaptar os meios, equipar para o atendimento e direcionamento aos recursos apropriados para o isolamento; • Desenvolver e implantar processo de orientação quanto a quarentena dos contratantes. Esta pandemia acarretará em impactos financeiros para a Associação, porém até o momento a Administração estuda as medidas necessárias, e impactos. Até o momento não existem parâmetros materiais conclusivos que possam mostrar impactos significativos que refletirão nas operações e nas receitas e despesas da Associação.

Diretoria

Antônio Eduardo Antonietto Junior
Diretor Presidente

Shirleyde Botelho
Contadora - CRC 1SP273362/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda líquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: § Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. § Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. § Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. § Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06 de abril de 2020. **BDO RCS Auditores Associados Ltda.** - CRC 2 SP 015165/O-8; **Robinson Meira** - Contador - CRC 1 SP244496/O-5.

Conselho Fiscal e Administrativo

No dia 14/04/2020 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.